

Nota curricular

Mário João Redondo Serra Pereira — natural de Peso, Covilhã (4-07-1967).

Licenciado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1990. Pós-Graduado em Estudos Europeus, pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1993, e em Direito do Emprego Público, pelo Centro de Estudos de Direito Público e Regulação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 2009.

Desde Junho de 2005 exerce funções como assessor do Provedor de Justiça, na área dos assuntos de organização administrativa e relação de emprego público, estatuto do pessoal das forças armadas e das forças de segurança.

É técnico superior da Direcção-Geral da Administração da Justiça desde Janeiro de 2004. Ingressou na Administração Pública em Setembro de 1992, como técnico superior da Secretaria Geral do Ministério das Finanças.

Foi Secretário Geral Adjunto do Ministério do Ambiente entre Junho de 1996 e Julho de 2000.

Exerceu idênticas funções entre Julho de 2000 e Junho de 2005 na Secretaria Geral do Ministério da Justiça.

202345366

Despacho n.º 21730/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Genoveva Ribeiro do Canto Lagido, técnica superior do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Lisboa, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota curricular

Genoveva Ribeiro do Canto Lagido — natural de Lisboa (1.10.1967). Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Técnica superior (jurista) da Câmara Municipal de Lisboa.

Desde Agosto de 1998 exerce funções de assessora do Provedor de Justiça, inicialmente tendo tido a seu cargo processos de fiscalização da constitucionalidade e de Direito dos Consumidores (até 2002). Desde este ano e até à actualidade desenvolve actividade no âmbito do Direito da Educação, tendo, nesse seguimento, redigido o capítulo referente a Portugal, do Relatório da Federação Iberoamericana de Ombudsman sobre Educação.

Participou nas II e III Inspeções ao Sistema Penitenciário Português, na realização de visitas e na redacção de capítulos do respectivo Relatório final (em 2003 do de Alimentação e Tempos Livres).

Na Câmara Municipal de Lisboa, desempenhou funções no Departamento de Cultura (1991-1995) e no Departamento Jurídico — Divisão de Assessoria Jurídica do Urbanismo (1995-1998).

202345488

Despacho n.º 21731/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Maria Rita Vieira da Rosa Silva Pinto Ferreira Roquette, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota curricular

Maria Rita da Silva Pinto Ferreira Roquette — natural de Lisboa (4.12.1962).

Licenciada em Direito pela Universidade Lusíada de Lisboa, área de jurídico-políticas, em 1989.

Concluiu o estágio de advocacia em Dezembro de 1990, patrono Dr. Carlos Adrião Rodrigues, coordenador da Assessoria Jurídica do LNETI — Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial.

Foi membro da Assessoria Jurídica do LNETI de Março de 1988 a Março de 1991 com a Coordenação do Dr. Carlos Adrião Rodrigues.

Obteve formação a nível de contratos de transferência de tecnologia, apoios comunitários ao desenvolvimento da tecnologia, estudos sobre

Direito do Ambiente e Direito comunitário da Concorrência, propriedade industrial, pessoas colectivas nascções de transferência de tecnologia e programa de informática da A.S.J.

Foi membro do Grupo de trabalho de análise técnico-jurídica de candidaturas e de análise para parecer global do Programa II do PEDIP, anos 1989-1990.

É Autora da Colectânea de Legislação Comunitária, comentada e anotada, relativa aos programas comunitários de investigação e desenvolvimento tecnológico, em co-autoria com as Senhoras Dras. Helena Oliveira e Ana Cunha (1- BRITE-EURAM, 2-BRIDGE, 3-JOULE) Publicações Dom Quixote — Colecção TEMIS — Ministério da Indústria e Energia — LNETI.

Foi Coordenadora das acções de Formação MEFE — Medidas Especiais de Fomento do Emprego da Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo, 1993-1994.

Foi responsável pela instalação e abertura da Extensão da Provedoria de Justiça na Região Autónoma dos Açores em Fevereiro de 1996 (Assessora do Provedor de Justiça desde 20 de Novembro de 1995), onde desempenhou funções até Setembro de 1998.

Desde 6 de Outubro de 1998, é Assessora da Área 5, tendo a seu cargo os assuntos relacionados com a Administração da Justiça.

202345285

Despacho n.º 21732/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Maria Luísa Rodrigues Prazeres Falcão de Campos Morais, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota curricular

Maria Luísa Rodrigues Prazeres Falcão de Campos Morais — natural de Lisboa (28.06.1965).

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1990).

Frequência de várias acções de formação profissional sobre Segurança Social (regime geral e regime de protecção social da função pública), Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e sobre o Novo Regime do Contrato de Trabalho e Funções Públicas.

Desde 15.11.2001, que exerce as funções de Assessora do Provedor de Justiça na área dos Assuntos Sociais (Direito do Trabalho, Segurança Social e Habitação Social e, anteriormente, também Saúde e Educação).

Exerceu advocacia, com especial incidência nas áreas do Direito Comercial, Direito do Trabalho, Direito Administrativo e Direito da Família, desde a conclusão de estágio até Novembro de 2001.

Concluiu o estágio de advocacia no escritório do Dr. Luis Pires de Lima, em 31.01.1992.

202345114

Despacho n.º 21733/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Maria Teresa de Lemos dos Santos Bessa, inspectora do mapa de pessoal da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota curricular

Maria Teresa de Lemos dos Santos Bessa — natural de Coimbra (5-01-1968).

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1990. Concluiu Pós-graduação em Ciências Político-Administrativas (vertente administrativa), pela mesma Faculdade, em 1996.

Desde Abril de 2006, exerce, em comissão de serviço, as funções de Assessora do Provedor de Justiça, nas matérias de organização administrativa e relação de emprego público, estatuto do pessoal das forças armadas e das forças de segurança.

Exerceu advocacia entre 1990 e 1993.

Desempenhou funções na Provedoria de Justiça, como Assessora, entre 1993 e 1997, e como Coordenadora, desde 1997 até 2000, em ambos os casos em matéria de segurança social (dos sectores público e privado), assuntos sociais, saúde, educação e menores.

Entre 2001 e 2006, foi Subinspectora-Geral na Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça, serviço central de inspeção, fiscalização e auditoria do Ministério da Justiça, competindo-lhe a direcção das áreas do serviço de inspeção sob a sua dependência directa.

Transitou para a carreira de inspector superior do mapa de pessoal da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça, detendo actualmente a categoria de inspectora, da carreira com idêntica designação.

Participou em diversos colóquios e seminários e publicou artigos relacionados com a actividade do Provedor de Justiça e direito da saúde.

202345422

Despacho n.º 21734/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Maria do Pilar Cabral da Silva Amado d'Aguiar, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota curricular

Maria do Pilar Cabral da Silva Amado d'Aguiar — natural de Lisboa, (20 de Janeiro de 1976).

Licenciada em Direito pela Universidade Católica Portuguesa (Escola de Lisboa), em 1999, realizou estágio profissional na sociedade de advogados Olavo Cunha, Franqueira Dias, Barros de Figueiredo, Vaz Pinto e Associados.

É, desde de Maio de 2001, assessora do Provedor de Justiça na área dos assuntos judiciais, estrangeiros e nacionalidade, segurança rodoviária e trânsito, registos e notariado.

No âmbito das suas funções, tem sido responsável pela instrução dos processos referentes a matérias de segurança rodoviária e trânsito e registos e notariado e, até Maio de 2008, defesa nacional e segurança interna.

No âmbito de actualização de competências, destacam-se a formação “Simplificação do Registo Predial e Actos Conexos”, organizada pelo IFE, e o curso “Contra-Ordenações” ministrado pelo INA.

202345277

Despacho n.º 21735/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Ana Rita Garcia Perloiro Cruz, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota curricular

Ana Rita Garcia Perloiro Cruz — natural de Lisboa (27.10.1965).

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (curso de 1983/1988).

Pós-Graduação em Estudos Europeus pelo Centro de Estudos Europeus da Universidade Católica de Lisboa (1989) E posterior curso de actualização (1996/97).

Ações de formação profissional, nomeadamente, nos domínios dos Direitos da Segurança Social, do Trabalho, Administrativo e sobre a Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado.

Desde Julho de 2000 que exerce as funções de Assessora do Provedor de Justiça na área dos Assuntos Sociais (Direito do Trabalho, Segurança Social e Habitação Social).

No período compreendido entre 1989 e 1993 exerceu as funções de consultora no departamento de assuntos comunitários da multinacional de auditoria e consultoria Deloitte&Touche.

Advogada avençada da EPAL — Empresa Portuguesa das Águas Livres, L.ª, entre 1993 e 2000.

Estágio de advocacia sob orientação do Dr. João Carlos Vaz Serra de Moura, na Sociedade de Advogados J. Vaz Serra de Moura & Associados entre 1988 e 1990.

202345041

Despacho n.º 21736/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Maria Margarida do Rosário Apetato Correia de Seabra Santerre, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota curricular

Maria Margarida do Rosário Apetato Correia de Seabra Santerre — natural de Lisboa (21.02.1973).

Licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1996 (Curso 1991/1996).

Em 1997, concluiu um *Legum Magister* (LL.M) Em Direito Civil Alemão na *Universität des Saarlandes*, Saarbücken, Alemanha.

Participação em acções de formação, designadamente, nos domínios dos Direitos da Segurança Social, do Trabalho, Administrativo e sobre a Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado.

Desde Novembro de 2000 que exerce as funções de Assessora do Provedor de Justiça na área dos Assuntos Sociais (Direito do Trabalho, Segurança Social e Habitação Social).

Realizou estágio de advocacia na Sociedade de Advogados “*Macedo Vitorino & Associados*”, entre Fevereiro de 1999 e Agosto de 2000.

Desempenhou funções como colaboradora científica contratada no *Institut für Internationales Privatrecht und Rechtsvergleichung*, na Universidade de Osnabrück, Alemanha, entre Janeiro e Dezembro de 1998.

202345236

Despacho n.º 21737/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Mónica Arez de Mascarenhas de Figueiredo Pombeiro Duarte Silva, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota curricular

Mónica Arez de Mascarenhas de Figueiredo Pombeiro Duarte Silva — natural de Lisboa (03.01.1969).

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1992 (curso 1987/1992).

Pós-Graduação em Direito do Trabalho, pelo Instituto de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2000).

Frequentou vários cursos de formação, designadamente na área do Direito do Trabalho.

Desde Agosto de 1999 que exerce as funções de Assessora do Provedor de Justiça na área dos Assuntos Sociais (Direito do Trabalho, Segurança Social e Habitação Social).

Exerceu advocacia, com especial incidência na área do Direito do Trabalho, nas empresas Lusomundo SGPS, S. A. e TSF- Rádio Notícias, S. A. e suas associadas, entre Janeiro de 1997 e Agosto de 1999.

Integrou o Departamento Jurídico da empresa Lusomundo SGPS, S. A. entre Fevereiro de 1996 e Janeiro de 1997.

Concluiu estágio de advocacia na Sociedade de Advogados “*Albuquerque & Associados*”, entre Agosto de 1992 e Agosto de 1994.

202345269

Despacho n.º 21738/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço do licenciado em Direito Duarte dos Santos Vaz Galdes,